

Por André Borges e João Villaverde | De Brasília

# Pacote para energia deve reduzir encargos setoriais e tributos federais

André Borges e João Villaverde  
De Brasília

O governo trabalha nos últimos detalhes de um pacote de ações para desonerar o setor de energia, com medidas que incluirão a redução de encargos setoriais e tributos federais aplicados sobre a conta de luz. No topo da lista dos encargos que serão reduzidos — ou até mesmo extintos — está a chamada Reserva Global de Reversão (RGR), que atualmente consome cerca de 1,8% do custo total da energia. Do lado dos impostos, o plano do governo é reduzir PIS e Cofins, taxas que hoje abocanham cerca de 8,5% do preço final da energia elétrica.

A expectativa é de que as novas regras sejam publicadas nos próximos dias. A presidente Dilma

Rousseff avisou o ministro da Fazenda, Guido Mantega, que a redução do custo da energia elétrica é a “prioridade número um” da política econômica, depois da medida que reformou a cadereta de poupança e dos estímulos fiscais do programa Brasil Maior.

Segundo afirmou ao Valor uma fonte do alto escalão da área econômica, os cortes se concentrarão nos encargos que incidem sobre a tarifa e serão “fortes”, de forma a “estimular na veia a produção de manufaturados, em especial”.

Ainda há um impasse sobre o tema que tem de ser superado no Ministério da Fazenda para que as medidas estejam prontas. Os técnicos do Tesouro Nacional pontuam que o espaço fiscal para novas renúncias de impostos é aper-

tado, uma vez que a arrecadação tem crescido em um ritmo menos acelerado do que se estimava no início do ano, e a meta de superávit primário (R\$ 139,8 bilhões) precisa ser cumprida “a todo o custo”. Hoje, boa parte dos recursos que o governo retém na cobrança das contas de luz é, de fato, utilizada para garantir a meta fiscal.

O governo já entendeu que a redução é absolutamente necessária se quiser contar com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da indústria, que tem a competitividade diretamente afetada pelo preço do insumo de energia. A sinalização da base governista é de que as mudanças não se limitarão à queda do PIS/Cofins e da RGR. “Eu vejo disposição no governo para a redução dos tributos”, disse o senador e presidente

da Comissão de Assuntos Econômicos, Delcídio Amaral (PT-MS).

Há expectativa de que uma série de encargos que hoje pesam sobre a conta de luz deixem de existir. A lista de candidatos não é modesta. Atualmente, a conta de energia do consumidor carrega nada menos que 13 encargos diferentes, além de outros 23 impostos federais, estaduais e municipais. De cada R\$ 100 cobrados na conta de luz, R\$ 50 são destinados a pagamento de tributos (R\$ 32) e encargos e taxas (R\$ 18). O custo da transmissão é de R\$ 5, enquanto a distribuição responde por R\$ 21. A geração de energia em si, fica com R\$ 24.

A empreitada da União para reduzir o custo da energia também envolverá a proposta de um pacto a ser firmado com os Estados para reduzir a taxa do ICMS.

Trata-se do imposto mais caro da conta de luz, com uma média nacional de 21% sobre a fatura.

Cada ponto percentual de redução na conta significa uma economia superior a R\$ 1 bilhão por ano com energia, um impacto considerável que é sentido, principalmente, pela indústria. “Quando você olha o preço da tarifa hoje no Brasil, não comporta mais nada. Na verdade, você tem que fazer um processo contrário, porque isso acaba inibindo a característica de uma indústria que continua forte e tem que continuar crescendo”, disse o secretário-executivo e ministro-interino de Minas e Energia, Márcio Zimmermann.

Trata-se de uma mudança de posição do MME, que até o ano passado defendia a manutenção dos encargos de energia — prin-

cipalmente da RGR — para execução das políticas públicas do governo. “Finalmente o governo admite que é absurda essa cobrança de tributos e encargos sobre o investimento. Estamos otimistas por saber que essa lógica assustadora pode estar perto do fim”, diz Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil.

A disposição em mexer com os encargos também corrige decisões recentes. A RGR, que foi criada em 1957, teve a seu prazo de validade prorrogado por mais 25 anos no dia 31 de dezembro do ano de 2010, último dia de mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O encargo, que custa cerca de R\$ 2 bilhões por ano ao contribuinte, concentra em um fundo cerca de R\$ 17 bilhões, dinheiro que nunca foi usado para a sua fi-

nalidade inicial, que seria a aquisição de empreendimentos de energia por parte da União, quando estes encerrassem o prazo de concessão. Hoje a arrecadação da RGR é usada para financiar investimentos de projetos de expansão de energia e ações do Luz para Todos.

As distorções também envolvem cobranças como a taxa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), que fica com 1,32% do custo da energia. Há casos em que a verba de P&D tem sido utilizada para compensar Estados que deixaram de arrecadar ICMS com a venda de combustíveis para usinas térmicas locais, depois que foram conectados ao sistema interligado de energia, dispensando a necessidade de acionar as térmicas. **Colaboraram Lucas Marchesini e Thiago Resende**



Márcio Zimmermann: tarifa de energia alta inibe uma indústria “que continua forte e tem que continuar crescendo”

## Prorrogação de concessões prioriza diminuição de tarifas

De Brasília

O projeto de lei preparado pelo governo para prorrogar as concessões de energia que vencem a partir de 2015 já está praticamente pronto e vai dar prioridade à redução do preço da energia. O secretário-executivo e ministro-interino de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, reafirmou ontem a determinação do governo de baixar o preço da conta de luz vinculado às concessões de usinas, redes de transmissão e distribuidoras que vencerão daqui a três anos. “Vencida a concessão, é preciso que haja

uma repercussão para a sociedade brasileira. Não vamos remunerar ativo amortizado. A remuneração será apenas sobre a operação e manutenção das usinas”, disse Zimmermann, durante audiência da Comissão de Minas e Energia, na Câmara dos Deputados.

O governo ainda não oficializou a decisão de prorrogar as concessões — o que exigirá alteração na lei do setor elétrico —, mas a complexidade de optar pelo vencimento das concessões atuais e a consequente relicitação dos empreendimentos foi evidenciada pelo ministro em exer-

cício. “Relicitar concessões seria uma experiência nova no mundo”, comentou Zimmermann.

Estudos da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) apontam para uma redução entre 3% e 12% no preço da energia, dependendo do caminho escolhido pelo governo, mas interlocutores dizem que a presidente Dilma Rousseff já deixou claro seu desejo de que a queda fique na casa dos dois dígitos. Até o ano passado, cálculos feitos pela Eletrobras apontavam que, no caso da prorrogação, a redução ficaria em torno de 4%.

No total, vencerão os contratos

de 20.206 megawatts (MW) de geração, 80.233 quilômetros de linhas de transmissão e 37 distribuidoras. Essa infraestrutura representa 18% do parque gerador do país, 84% da malha de transmissão e 23% da energia comercializada. A maior parte dos empreendimentos está nas mãos da Eletrobras. A estatal tem quase 12 mil MW em jogo, ligados às companhias Chesf, Furnas e Eletronorte. No caso da Chesf, os projetos representam 85% da estrutura da companhia. Em Furnas, as concessões com validade até 2015 equivalem à metade da capacidade da empresa. (AB)

O governo trabalha nos últimos detalhes de um pacote de ações para desonerar o setor de energia, com medidas que incluirão a redução de encargos setoriais e tributos federais aplicados sobre a conta de luz. No topo da lista dos encargos que serão reduzidos - ou até mesmo extintos - está a chamada Reserva Global de Reversão (RGR), que atualmente consome cerca de 1,8% do custo total da energia. Do lado dos impostos, o plano do governo é reduzir PIS e Cofins, taxas que hoje abocanham cerca de 8,5% do preço final da energia elétrica.

A expectativa é de que as novas regras sejam publicadas nos próximos dias. A presidente Dilma Rousseff avisou o ministro da Fazenda, Guido Mantega, que a redução do custo da energia elétrica é a "prioridade número um" da política econômica, depois da medida que reformou a caderneta de poupança e dos estímulos fiscais do programa Brasil Maior.

Segundo afirmou ao Valor uma fonte do alto escalão da área econômica, os cortes se concentrarão nos encargos que incidem sobre a tarifa e serão "fortes", de forma a "estimular na veia a produção de manufaturados, em especial".

Ainda há um impasse sobre o tema que tem de ser superado no Ministério da Fazenda para que as medidas estejam prontas. Os técnicos do Tesouro Nacional pontuam que o espaço fiscal para novas renúncias de impostos é apertado, uma vez que a arrecadação tem crescido em um ritmo menos acelerado do que se estimava no início do ano, e a meta de superávit primário (R\$ 139,8 bilhões) precisa ser cumprida "a todo o custo". Hoje, boa parte dos recursos que o governo retém na cobrança das contas de luz é, de fato, utilizada para garantir a meta fiscal.

O governo já entendeu que a redução é absolutamente necessária se quiser contar com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da indústria, que tem a competitividade diretamente afetada pelo preço do insumo de energia. A sinalização da base governista é de que as mudanças não se limitarão à queda do PIS/Cofins e da RGR. "Eu vejo disposição no governo para a redução dos tributos", disse o senador e presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Delcídio Amaral (PT-MS).

Há expectativa de que uma série de encargos que hoje pesam sobre a conta de luz deixem de existir. A lista de candidatos não é modesta. Atualmente, a conta de energia do consumidor carrega nada menos que 13 encargos diferentes, além de outros 23 impostos federais, estaduais e municipais. De cada R\$ 100 cobrados na conta de luz, R\$ 50 são destinados a pagamento de tributos (R\$ 32) e encargos e taxas (R\$ 18). O custo da transmissão é de R\$ 5, enquanto a distribuição responde por R\$ 21. A geração de energia em si, fica com R\$ 24.

A empreitada da União para reduzir o custo da energia também envolverá a proposta de um pacto a ser firmado com os Estados para reduzir a taxa do ICMS. Trata-se do imposto mais caro da conta de luz, com uma média nacional de 21% sobre a fatura.

Cada ponto percentual de redução na conta significa uma economia superior a R\$ 1 bilhão por ano com energia, um impacto considerável que é sentido, principalmente, pela indústria. "Quando você olha o preço da tarifa hoje no Brasil, não comporta mais nada. Na verdade, você tem que fazer um processo contrário, porque isso acaba inibindo a característica de uma indústria que continua forte e

tem que continuar crescendo", disse o secretário-executivo e ministro-interino de Minas e Energia, Márcio Zimmermann.

Trata-se de uma mudança de posição do MME, que até o ano passado defendia a manutenção dos encargos de energia - principalmente da RGR - para execução das políticas públicas do governo. "Finalmente o governo admite que é absurda essa cobrança de tributos e encargos sobre o investimento. Estamos otimistas por saber que essa lógica assustadora pode estar perto do fim", diz **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**.

A disposição em mexer com os encargos também corrige decisões recentes. A RGR, que foi criada em 1957, teve a seu prazo de validade prorrogado por mais 25 anos no dia 31 de dezembro do ano de 2010, último dia de mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O encargo, que custa cerca de R\$ 2 bilhões por ano ao contribuinte, concentra em um fundo cerca de R\$ 17 bilhões, dinheiro que nunca foi usado para a sua finalidade inicial, que seria a aquisição de empreendimentos de energia por parte da União, quando estes encerrassem o prazo de concessão. Hoje a arrecadação da RGR é usada para financiar investimentos de projetos de expansão de energia e ações do Luz para Todos.

As distorções também envolvem cobranças como a taxa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), que fica com 1,32% do custo da energia. Há casos em que a verba de P&D tem sido utilizada para compensar Estados que deixaram de arrecadar ICMS com a venda de combustíveis para usinas térmicas locais, depois que foram conectados ao sistema interligado de energia, dispensando a necessidade de acionar as térmicas. Colaboraram Lucas Marchesini e Thiago Resende